

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Diretoria de Material e Patrimônio
Gerência de Almojarifado

Rua Amazonas, 107 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
Endereço eletrônico: almoxarifado@mprj.mp.br
Telefone: (21) 3878-2353 | Fax: (21) 2233-5473



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA UTILIZAÇÃO NO ALMOXARIFADO CENTRAL E NO SUBALMOXARIFADO DO COMPLEXO SEDE

<i>Termo de Referência para aquisição de materiais para utilização no Almojarifado Central e no Subalmoxarifado do Complexo Sede.</i>	Data 26/7/2016	Versão 1.0
---	-------------------	---------------

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Diretoria de Material e Patrimônio
Gerência de Almoxarifado

Rua Amazonas, 107 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
Endereço eletrônico: almoxarifado@mprj.mp.br
Telefone: (21) 3878-2553 | Fax: (21) 2233-5473



SUMÁRIO

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA	3
2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS.....	3
3. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DAS AMOSTRAS.....	3
4. DAS VALIDADES.....	4
5. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO	4
6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS.....	5
7. DOS DEVERES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.....	6
8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	7
9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	8
10. EQUIPE DE ELABORAÇÃO	8
11. AUTORIZAÇÕES	8

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Diretoria de Material e Patrimônio
Gerência de Almoхарifado

Rua Amazonas, 107 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
Endereço eletrônico: almoхарifado@mprj.mp.br
Telefone: (21) 3878-2353 | Fax: (21) 2233-5473



1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

- 1.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo a aquisição de materiais utilizados no Almoхарifado Central e no Subalmoхарifado do Complexo Sede, a fim de garantir o aprimoramento da distribuição dos bens de consumo existentes em estoque, melhorando a qualidade de atendimento das demandas institucionais do MPRJ.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS

- 2.1. As especificações dos materiais que serão adquiridos e suas respectivas quantidades encontram-se descritas no Anexo I do presente Termo.
- 2.2. Os materiais deverão ser fornecidos de forma adequada ao seu transporte e conservação, contendo a identificação do conteúdo, nome do fabricante, quando aplicável, bem como demais informações e condições de comercialização e armazenamento exigidas na legislação em vigor e presentes neste Termo de Referência.
- 2.3. Não serão aceitos materiais usados ou reconicionados.

3. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DAS AMOSTRAS

- 3.1. Na proposta de preço deverá constar:
 - 3.1.1. O prazo de validade (o qual não poderá ser inferior a **noventa** dias);
 - 3.1.2. A discriminação detalhada do material ofertado, incluindo, quando aplicável, marca e modelo;
 - 3.1.3. A quantidade solicitada;
 - 3.1.4. Os valores unitário e total;
 - 3.1.5. O prazo de entrega;
 - 3.1.6. Dados relacionados da sociedade empresária, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.
- 3.2. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas especiais de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, tributos, análises, licenças, ou outra, que possam influir direta ou indiretamente nos custos.
- 3.3. O órgão fiscal podará, discricionariamente, solicitar a apresentação de 01 (uma) amostra, catálogo e/ou prospecto, para fins de avaliação do cumprimento das especificações do Anexo I.
 - 3.3.1. As amostras, catálogos e/ou prospectos deverão ser apresentados no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva notificação.
 - 3.3.2. A amostra, caso solicitada e ainda que unitária, deverá vir em sua embalagem original, quando aplicável, a fim de que haja possibilidade de avaliação quanto às informações exigidas por Lei, de acordo com o item **2.2** deste Termo.
 - 3.3.3. A amostra deverá ser entregue na Gerência de Almoхарifado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua Amazonas, 107A, São Cristóvão - Rio de Janeiro, CEP. 20.920-370,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Diretoria de Material e Patrimônio
Gerência de Almoxarifado

Rua Amazonas, 107 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
Endereço eletrônico: almoxarifado@mprj.mp.br
Telefone: (21) 3878-2553 | Fax: (21) 2233-5473



após agendamento pelos telefones (21) 3878-1448 ou pelo e-mail almoxarifado@mprj.mp.br.

- 3.4. A critério do órgão fiscal, a empresa poderá ser dispensada de apresentar amostras, quando o material ofertado for da mesma marca e modelo do produto já utilizado pelo MPRJ.
- 3.5. Para efeito de avaliação dos materiais será levada em conta a conformidade com as especificações e características, a qualidade e a funcionalidade. Os fatores serão analisados em conjunto, levando-se em consideração o fim a que se destinam os materiais e, principalmente, o seguinte:
 - 3.5.1. **Quanto à qualidade** – apresentação do material no que diz respeito à matéria prima utilizada e a precisão no processo produtivo e esmero na fabricação, como, por exemplo, sem rebarbas, amassados, e/ou qualquer outra falha de fabricação;
 - 3.5.2. **Quanto ao acabamento** – Esmero na fabricação do material, como, por exemplo, sem quebras, amassados e/ou quaisquer outras falhas de fabricação;
 - 3.5.3. **Quanto à funcionalidade** – se atende ao correto manuseio e está de acordo com as exigências citadas nas especificações, em condições normais, sem danos;
- 3.6. Caso a amostra não seja aprovada, poderá, a juízo do Órgão Fiscal, ser concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a empresa apresentar nova amostra que atenda às especificações constantes no Anexo I.
- 3.7. A amostra aprovada fará parte do total solicitado para aquisição.
- 3.8. Em caso de não aprovação da amostra, a empresa deverá retirá-la no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, após o qual poderá ser dada a destinação que melhor convier a este *Parquet*, sem gerar direito de indenização à fornecedora.
- 3.9. Não serão permitidos ajustes ou modificações no material entregue como amostra, depois de decorrido o prazo para entrega.
- 3.10. A aprovação da amostra, caso solicitada, será condição para a aquisição do material por este Ministério Público.

4. DAS VALIDADES

- 4.1. Os materiais especificados no presente Termo de Referência deverão ter prazo de validade, quando aplicável, para utilização regular não inferior a 12 (doze), meses constante na embalagem, contado a partir da data da entrega definitiva.
- 4.2. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante do produto seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

- 5.1. O prazo máximo para a entrega do produto será de 10 (dez) dias consecutivos, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva Nota de Empenho.
- 5.2. No ato da entrega do material, juntamente com a nota fiscal, deverá ser entregue cópia da Nota de Empenho.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Diretoria de Material e Patrimônio
Gerência de Almoxarifado

Rua Amazonas, 107 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
Endereço eletrônico: almoxarifado@mprj.mp.br
Telefone: (21) 3878-2353 | Fax: (21) 2233-5473



- 5.3. A respectiva nota fiscal deverá estar devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40.
- 5.4. O material deverá ser entregue no Almoxarifado Central deste Ministério Público, na Rua Amazonas, nº 107A, São Cristóvão, Rio de Janeiro.
- 5.5. O agendamento da entrega e/ou retirada, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, é requisito para o recebimento dos objetos e deverá ser feito através do telefone (21) 3878-1785, (21) 99679-8366 ou do e-mail almoxarifado.op@mprj.mp.br.
- 5.6. Caso não seja observado o agendamento prévio, poderá o órgão fiscalizador recusar a entrega, realizando o devido agendamento para data próxima, sempre que houver risco ao bom andamento do serviço no Almoxarifado Central.
- 5.7. O material contratado será recebido da seguinte forma:
 - 5.7.1. Provisoriamente, no ato da entrega, pelo órgão fiscalizador que, procederá à conferência de sua conformidade com as especificações. Caso não haja qualquer impropriedade explícita ou problema relativo à origem da aquisição, será atestado esse recebimento.
 - 5.7.2. Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal, depois de comprovada a adequação aos termos da proposta, à nota de empenho e à amostra aprovada.
- 5.8. O Ministério Público se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência.
- 5.9. Materiais excedentes ao quantitativo ou que não corresponderem às especificações deverão ser retirados no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação, sob pena de autorização tácita para a destinação que melhor convier ao Ministério Público, sem gerar direito de indenização à contratada.
- 5.10. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou ainda em outros requisitos como condição para pagamento por parte da contratada, importará na prorrogação automática do prazo para pagamento do material adquirido.
- 5.11. O material deverá ser entregue integralmente, salvo motivo superveniente devidamente justificado e desde que aceito pelo órgão fiscalizador.
- 5.12. O prazo para pagamento das notas fiscais se iniciará somente após o recebimento integral dos itens previamente solicitados pelo órgão fiscalizador, observando-se o disposto no item 5.7.2.

6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

- 6.1. A contratada ficará obrigada, a partir da data da respectiva entrega e durante o período estabelecido no item 4.1 do presente termo, a prestar garantia aos produtos entregues, devendo substituir, no todo ou em parte, as suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva notificação enviada pelo Ministério Público acerca do problema, quaisquer materiais

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Diretoria de Material e Patrimônio
Gerência de Almoxarifado

Rua Amazonas, 107 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
Endereço eletrônico: almoxarifado@mprj.mp.br
Telefone: (21) 3878-2553 | Fax: (21) 2233-5473



que apresentem defeitos, vícios ou que tenham sofrido danos ou avarias, de qualquer espécie, no transporte ou descarga, de forma que comprometam seu uso regular e adequado.

- 6.2. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a substituição.

7. DOS DEVERES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 7.1. Caberá à CONTRATANTE as seguintes medidas decorrentes desta contratação:

- 7.1.1. Proporcionar as condições indispensáveis à boa execução do objeto, prestando todas as informações e esclarecimentos necessários;
- 7.1.2. Verificar se o material entregue pela contratada está de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Termo;
- 7.1.3. Solicitar por escrito a substituição dos materiais que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a especificação;
- 7.1.4. Aplicar as sanções administrativas, previstas no Termo de Referência;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

- 7.2. Competirá à CONTRATADA:

- 7.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.2.2. Efetuar a entrega integral do objeto no prazo e no local constantes neste Termo de Referência, observando as especificações presentes no Anexo I;
- 7.2.3. Entregar o material acompanhado do respectivo documento fiscal e da Nota de Empenho;
- 7.2.4. Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.2.6. Responder, toda e qualquer notificação enviada pelo Órgão Fiscalizador em **até 02 (dois) dias úteis**, contados da data do envio da respectiva notificação;
 - 7.2.6.1. Em caso de descumprimento, os prazos constantes na notificação se iniciarão automaticamente após os **02 (dois) dias úteis**.
- 7.2.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição;
- 7.2.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento;
- 7.2.9. Recuperar áreas ou bens direta ou indiretamente relacionados ao seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a prejudicá-las;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Diretoria de Material e Patrimônio
Gerência de Almoxarifado

Rua Amazonas, 107 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
Endereço eletrônico: almoxarifado@mprj.mp.br
Telefone: (21) 3878-2353 | Fax: (21) 2233-5473



8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:
 - 8.1.1. Advertência;
 - 8.1.2. Multa de mora, no percentual de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do presente contrato;
 - 8.1.2.1. A mora da contratada está limitada ao prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**;
 - 8.1.3. Multa pela inexecução total ou parcial do contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou do empenho;
 - 8.1.4. Suspensão temporária da faculdade de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
 - 8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei;
- 8.2. Consideram-se passíveis da sanção de advertência as faltas reputadas de natureza leve, assim compreendidas aquelas de reduzido grau de reprovabilidade e que não tenham acarretado prejuízos consideráveis à regular execução contratual, tais como pequenos atrasos e imp pontualidades.
- 8.3. São puníveis com a suspensão temporária junto ao CONTRATANTE a CONTRATADA que adotar comportamentos com considerável grau de reprovabilidade e gravidade, tais como inexecução parcial do contrato, a não manutenção das condições de habilitação durante toda a execução contratual, o descumprimento deliberado e reiterado dos prazos e das obrigações previstas no contrato.
- 8.4. O impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual poderá ser aplicado à CONTRATADA que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 8.5. Será considerada inidônea a CONTRATADA que praticar condutas altamente reprováveis e que acarretem graves prejuízos ao CONTRATANTE e/ou à Administração Pública, tais como os crimes tipificados nos artigos 90, 91, 93, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.666/93, assim como conluíus, fraudes, falsidades e quaisquer outras condutas que venham a frustrar os objetivos e os princípios da licitação da contratação pública.
- 8.6. As multas previstas nos subitens 8.1.2 e 8.1.3 podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades e têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado prejuízo pecuniário ou imprimir maior proporcionalmente entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Diretoria de Material e Patrimônio
Gerência de Almoxarifado

Rua Amazonas, 107 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
Endereço eletrônico: almoxarifado@mprj.mp.br
Telefone: (21) 3878-2553 | Fax: (21) 2233-5473



9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade do material/serviço fornecido/prestado.
- 9.2. Ao órgão fiscal caberá decidir os casos omissos, relativos às especificações ou quaisquer documentos a que se refiram, direta ou indiretamente, à aquisição em questão.

10. EQUIPE DE ELABORAÇÃO

<i>SETOR</i>	<i>RESPONSÁVEL / CARGO</i>	<i>TELEFONE</i>	<i>ASSINATURA</i>
Gerência de Almoxarifado	Vinicius Marques Pinheiro Augusto Gerente de Almoxarifado	(21) 3878-1448	
Gerência de Almoxarifado	André Ferreira Lepre Assessor da Gerência de Almoxarifado	(21) 3878-2353	

11. AUTORIZAÇÕES

<i>NOME/ÓRGÃO</i>	<i>EM</i>	<i>ASSINATURA</i>
Ana Paula Aires Pinho de Lima Diretora de Material e Patrimônio	___ / ___ / ___	